

CONTRATO Nº 005/CEGÁS/2019
PROCESSO Nº 00304497/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS E A
EMPRESA INSTITUTO EUVALDI LODI – IEL - (NÚCLEO
DO CEARÁ), ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM
QUE NELE SE DECLARA.

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS** situada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, Fortaleza/CE, Cep.: 60.830-005, inscrita no CNPJ sob o nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, casado, administrador, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade de nº 1570685-0 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará e o Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a empresa **INSTITUTO EUVALDI LODI – IEL - (NÚCLEO DO CEARÁ)**, estabelecida na Avenida Barão de Studart nº 1980, Mezanino, bairro Aldeota, Fortaleza/CE, Cep: 60.120-901, inscrita no CNPJ sob nº 07.084.577/0001-78, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada pela Superintendente Geral **Juliana Guimarães de Oliveira**, brasileira, portadora do RG nº 990102666185 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 982.279.393-68, pela Gerente **Beatriz Teixeira Barreira Lima**, brasileira, portadora da RG nº 96002474748 SSPDS/CE e inscrito no CPF sob o nº 839.335.303-34 e pelo Procurador **Jose Ricardo Montenegro Cavalcante**, brasileiro, portador do RG 93002260581 SSPDS/CE e inscrito no CPF sob o nº 167.375.633-68, residente e domiciliada nesta Capital, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento no art. 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, e na Cotação Eletrônica nº 2019/00180, os preceitos do direito privado, e na Proposta Comercial da Contratada, necessários ao cumprimento do seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviço de seleção e recrutamento de estudantes de nível superior para fins de estágio remunerado nesta Companhia, que estejam frequentando, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público ou particular, e que estejam regularmente matriculados em curso de nível superior oficialmente reconhecido, conforme especificado no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

3.1. O valor contratual global importa na quantia de **R\$ 18.420,00** (dezoito mil, quatrocentos e vinte reais), pagos com recursos próprios oriundos da CEGÁS.

3.2. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do Índice econômico IPCA, ou no caso de sua extinção por outro índice avençado pelas partes.



3.2.1. O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

3.2.2. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula acima) se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

3.2.3. A data base de referência da proposta de preços será o mês de apresentação da proposta de preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir deste.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da CEGÁS

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir de sua celebração.

5.2. O prazo de execução do objeto contratual é de 60 (sessenta) meses contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou outro instrumento hábil.

5.3. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos Arts. 83, 84 e 85 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

5.4. A publicação resumida do contrato dar-se-á nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado mensal, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura dos serviços efetivamente prestados, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, e da documentação disposta no subitem 6.4.1., no protocolo da CEGÁS, para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

6.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados na primeira **quinta feira após 15 dias** do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS.

6.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.6. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

CLÁUSULA SETIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Sem garantia contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

8.1. Quanto à entrega:

8.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo conforme cronograma físico contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil, na Av. Washington Soares, 6475, Bairro Jose de Alencar, CEP 60.830.005, Fortaleza -CE/Brasil, no(s) horário(s) e dia(s) da semana de 8h às 12h e de 13h às 17h, de Segunda-feira à Sexta-feira.

8.2. Quanto ao recebimento:

8.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

8.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CEGÁS, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CEGÁS proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.3.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 10 dias, contado da notificação.

9.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual, não transferindo a responsabilidade à CEGÁS para nenhum fim de direito.

9.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.6. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

9.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através de ordem de serviço ou instrumento hábil.

10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016.

10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

10.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

10.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Gerente de Recursos Humanos Clenes Lacerda Pereira, como Gerente do Contrato e pelo(a) Analista de Gestão Juliana Oriá Leite, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela contratante, nos termos do § 1º, art. 100 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades:

12.1.1. Advertência.

12.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente e rescisão contratual, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada apenas a multa.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento), em caso de reincidência;



d) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CEGÁS.

12.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.2. A multa a que porventura a contratada der causa será descontada da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

12.2.1 Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a contratada recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da CEGÁS. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução, ou outro meio adequado à liquidação do débito.

12.2.2. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade previsto no capítulo VIII – Das Sanções Administrativas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS

12.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes nas hipóteses abaixo, será causa para sua rescisão, conforme disposto no art. 135 e seguintes, do Regulamento interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

II - A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a concluir pela impossibilidade do fornecimento, no prazo estipulado.

III - O atraso injustificado no início do fornecimento.

IV - A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE.

V - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não comunicadas e aceitas pela CONTRATANTE.

VI - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

VII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 2º do art. 100 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

VIII - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

IX - A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA.

X - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste contrato.

XI - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato.

14.1.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no item 14.1 deste contrato, a CONTRATADA no prazo de 02 (dois) dias úteis, deverá informar a CEGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência, bem como um relatório dos fatos, anexando as evidências;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

14.1.3. Após a notificação, a CEGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão a CEGÁS poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

14.1.4. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas no presente contrato.

14.1.5. O reconhecimento pela CEGÁS dos eventos descritos no item 14.1 deste contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

14.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da ocorrência do evento.

14.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

14.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

14.2.3. O CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente, quando comprovado que todas as medidas para sanar os danos foram tomadas, e, mesmo assim a manutenção do CONTRATO se torne impossível ou inviável nas condições existentes/ou excessivamente onerosa.

14.2.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

14.2.5. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardatárias ou impeditivas da execução do CONTRATO, não previstos nesta Matriz, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa;




E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.


Fortaleza (CE), 09 de ABRIL de 2019.




HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS



FÁBIO AUGUSTO NORCIO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS



BEATRIZ TEIXEIRA BARREIRA LIMA
Gerente
Instituto Euvaldo Lodi – IEL – (Núcleo do Ceará)

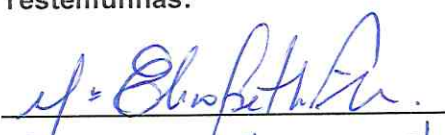
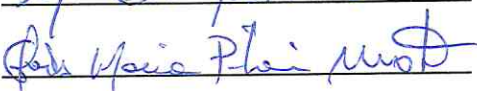


JOSE RICARDO MONTENEGRO CAVALCANTE
Procurador
Instituto Euvaldo Lodi – IEL – (Núcleo do Ceará)



JULIANA GUIMARÃES DE OLIVEIRA
Superintendente Geral
Instituto Euvaldo Lodi – IEL – (Núcleo do Ceará)

Testemunhas:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE: Gerência de Recursos Humanos.

2. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviço de seleção e recrutamento de estudantes de nível superior para fins de estágio remunerado nesta Companhia, que estejam frequentando, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público ou particular, e que estejam regularmente matriculados em curso de nível superior oficialmente reconhecido.

2.1. Este objeto será realizado através de licitação regida pela Lei Federal nº 13.303/2016, com o critério de julgamento menor preço.

3. DA JUSTIFICATIVA:

A presente justificativa tem por objeto a contratação de empresa especializada no serviço de seleção e recrutamento de estagiários.

O estágio consiste em atividade de caráter educativo e complementar à formação do estudante, com a finalidade pedagógica de integrá-lo com a realidade de um ambiente profissional e concretizar os ensinamentos teóricos recebidos na instituição de ensino.

Interessa a Companhia de Gás do Ceará promover a integração escola-empresa para complementar o ensino e a aprendizagem, proporcionando o desenvolvimento da classe estudantil em sua formação profissional para atuação no mercado de trabalho, e assim contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. As empresas que desenvolvem um programa de estágio são bem vistas perante o mercado, porque possibilitam a formação prática dos futuros profissionais. Essa boa imagem traz credibilidade e a admiração dos clientes em relação ao comprometimento social da empresa.

As relações jurídicas do estágio são reguladas inteiramente pela Lei nº 11.788/2008, chamada de Nova Lei do Estágio. Dentre as diversas definições constantes na referida lei, importante destacar que, apesar de o contrato de estágio possuir todos os requisitos para a formação da relação empregatícia, a legislação excluiu o estagiário da proteção celetista, para incentivar a formação de novos profissionais.

Por estes motivos, faz-se necessária a contratação de acordo com o que determina a Lei 13.303/2016, a qual rege as empresas de economia mista, para que a Companhia de Gás do Ceará não tenha maiores prejuízos e nem venha a ser multada por não atender as normas legais.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

LOTE 01			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1.1.	Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviço de seleção e recrutamento de estudantes de nível superior para fins de estágio remunerado nesta Companhia, que estejam frequentando, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público ou particular, e que estejam	01	20

	regularmente matriculados em curso de nível superior oficialmente reconhecido.		
--	--	--	--

Obs: Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

4.2. Especificação Detalhada:

4.2.1 A empresa contratada deverá exigir, nas seleções e nos recrutamentos realizados, dos estudantes de nível superior os seguintes requisitos:

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	INSTITUIÇÃO	CONDIÇÕES
Superior	Instituições públicas e privadas	Ter concluído, com aproveitamento, no mínimo, 40% da carga horária do curso em que esteja matriculado.

4.2.2. Para preenchimento de vaga de estágio nesta Companhia será exigido que o candidato tenha passado por Processo Seletivo e que tenha sido classificado. Os selecionados farão parte do cadastro de reserva e à medida que forem surgindo interesses das Unidades Administrativas desta Companhia serão chamados para participar da entrevista e, se aprovados, serão contratados.

4.2.3. O estágio não gerará qualquer vínculo empregatício com a Companhia de Gás do Ceará.

4.2.4. O estagiário terá direito à Bolsa de Estágio e ao seguro contra Acidentes Pessoais.

4.3. DA CLIENTELA

4.3.1. O Programa de Estágio remunerado da CEGÁS conta com a possibilidade de contratar até 20 (vinte) estudantes com jornada de 4 (quatro) horas diárias.

4.4. DO LOCAL DE ESTÁGIO

4.4.1. O estágio será realizado no âmbito da CEGÁS levando-se em consideração o que determina a Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, que estabelece as regras para a realização de estágio remunerado nas unidades de trabalho desta Companhia.

4.5. DAS RESPONSABILIDADES DA CEGÁS

4.5.1. Proporcionar locais e condições para a realização das atividades de estágio;

4.5.2. Supervisionar as atividades de estágio;

4.5.3. Solicitar a substituição de estagiários, quando ocorrer desligamentos;

4.5.4. Repassar, periodicamente, informações sobre o número de vagas disponíveis à empresa contratada responsável pela seleção e recrutamento, a fim de que esta proceda o cadastramento e a seleção de estudantes interessados em participar do Programa de Estágio desta Companhia;

4.5.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos funcionários autorizados da Contratada nas dependências da CEGÁS relacionadas à execução do Contrato;

4.5.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

4.5.7. Fornecer o vale-transporte para o estagiário;

4.5.8. Pagar mensalmente a bolsa de estágio.

4.6. DAS RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO CONTRATADA

4.6.1. Recrutamento de estudantes:

I – Instalar e manter estrutura física de atendimento situada no Ceará;

II – Encaminhar, para entrevistas na CEGÁS, apenas estudantes selecionados na forma do item 1.1., do Lote 1, deste termo;

III – Firmar Termo de Compromisso (Contrato de Estágio) com estudantes escolhidos por esta Companhia, após entrevista na Unidade solicitante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da solicitação de contratação pela CEGÁS, devendo para tanto:

- a. - Elaborar o Termo de Compromisso (Contrato de Estágio);
- b. - Fornecer o Manual do Estagiário;
- c. - Prestar orientação atitudinal e comportamental aos estagiários;
- d. - Fazer seguro de acidentes pessoais para os estagiários;
- e. - Não substabelecer as obrigações assumidas sem a anuência da CEGÁS.

4.6.2. Acompanhamento do Estagiário:

I – Acompanhar, exigir e analisar os relatórios de estágio do estudante, de 6 em 6 meses, e exigir que junto ao relatório seja anexada declaração da instituição de ensino dos estudantes que deverá informar o ano/semestre que o aluno está cursando;

II – Avaliar os estágios realizados com os gerentes e coordenadores, após encaminhar relatório a CEGÁS;

III – Observar se a Instituição de Ensino do estudante escolhido possui autorização de funcionamento e é reconhecida pelo Ministério da Educação.

4.6.3. Acompanhamento da Vida Escolar do Estudante:

I – Conferir, no ato do recrutamento e contratação, se a condição do estudante/candidato a estágio está de acordo com os requisitos estabelecidos no item 1.1 deste Termo de Referência;

II – Adicionar providências nos casos irregulares, comunicando-as a CEGÁS.

4.6.4. Gerenciamento do Processo:

I – Controlar e informar os vencimentos dos Termos de Compromisso a Gerência de Recursos Humanos (GEREH) com até 15 dias úteis para as providências de substituição ou prorrogação.

4.6.5. Assessoramento Técnico, Jurídico e Administrativo:

I – Informar e orientar, regularmente, as unidades da CEGÁS sobre os procedimentos, temas relevantes, posturas institucionais e operacionais, relativas ao Programa de Estágio;

II – Fornecer Assessoramento jurídico em possíveis demandas trabalhistas;

III – Acompanhar e prestar assistência aos estagiários e a seus familiares nos casos de sinistros;

IV – Prestar informações aos órgãos de controle da Administração Pública, inclusive à desta Companhia.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios da Companhia de Gás do Ceará.

5.2. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do Índice econômico IPCA, ou no caso de sua extinção por outro índice avençado pelas partes.

5.2.1. O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

5.2.2. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula acima) se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

5.2.3. A data base de referência da proposta de preços será o mês de apresentação da proposta de preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir deste.

6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

6.1. Quanto à entrega:

6.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo conforme cronograma físico contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil, na Av. Washington Soares, 6475, Bairro Jose de Alencar, CEP 60.830.005, Fortaleza -CE/Brasil, no(s) horário(s) e dia(s) da semana de 8h às 12h e de 13h às 17h, de Segunda-feira à Sexta-feira.

6.2. Quanto ao recebimento:

6.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

6.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado mensal, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura dos serviços efetivamente prestados, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, e da documentação disposta no subitem 7.4.1., no protocolo da CEGÁS, para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

7.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados na **primeira quinta-feira após 15 (quinze) dias** do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS.

7.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

7.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

7.4.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

7.6. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

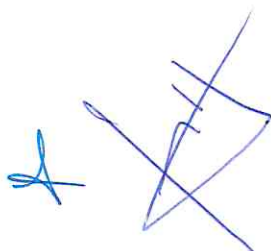
8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

8.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CEGÁS, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CEGÁS proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

8.3.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 10 dias, contado da notificação.



- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – A lentidão do seu cumprimento, levando as partes a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, no prazo estipulado;
- IV – O atraso injustificado no início do fornecimento;
- V – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- VII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;
- VIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- IX – O atraso nos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- X – A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para o fornecimento, no prazo contratual;
- XI – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XII – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.4. A rescisão deste contrato poderá ser:

- I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- I – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;
- II – Judicial, nos termos da legislação;